



PATRIMONIALIZAÇÃO, MEMÓRIA E CULTURA: O CASO DO MERCADO DOS PEIXES DO MUCURIPE, EM FORTALEZA – CE

André Aguiar Nogueira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE

andre.aguiar@ifce.edu.br

Recentemente foi elaborado um documento de abaixo-assinado que tem como objetivo principal a solicitação da proteção legal, mediante Registro, do Mercado dos Peixes, localizado na enseada do Mucuripe, em Fortaleza. O documento apresenta como justificativa para a preservação do bem a notória relevância social, econômica e cultural da cadeia produtiva da pesca para o município e o estado do Ceará. A iniciativa, que partiu da Associação dos Permissionários do Mercado dos Peixes do Mucuripe (ASPEMPM), constitui uma demanda dos permissionários, mas também da comunidade de pescadores e de outros trabalhadores da praia, face as rápidas transformações urbanas em execução na “nova” Avenida Beira Mar.

A pesquisa com a memória oral e com diversos outros documentos indica que o Mercado dos Peixes existe há mais de 60 anos na praia do Mucuripe, integrando diretamente o ambiente da tradição pesqueira do Ceará. Neste cenário antigo, trabalhadores do mar, moradores da cidade e milhares de turistas, há décadas, constituíram um espaço comércio, mas também de lazer e sociabilidade.

No mercado transcorre a culminância de um processo que envolve a partida e a chegada das jangadas na madrugada, após dias no processo de captura, a compra e a venda do pescado fresco, o preparo no próprio local e o consumo dos frutos do mar na paisagem exuberante da praia. Essa cadeia produtiva, historicamente constituída, hoje é responsável pela sobrevivência de centenas de famílias de trabalhadores do mar e seus agregados.

Localizado ao lado da Igreja de São Pedro dos Pescadores e bem próximo ao local onde ocorre a Procissão de São Pedro, os primeiros bens protegidos pela legislação do patrimônio municipal, o tradicional Mercado dos Peixes do Mucuripe hoje vem sofrendo diversas ameaças. Tanto os empreendimentos privados quanto algumas políticas públicas



tendenciosas vêm atuando na descaracterização do espaço e na mercantilização exacerbada de lugares e práticas culturais vinculadas à memória centenária da pesca.

Essa pesquisa visa problematizar os dilemas sociais, as políticas públicas, o reconhecimento dos lugares e dos saberes, as tentativas de reparação da memória, bem como o papel dos historiadores vinculados à luta desses trabalhadores em suas estratégias de salvaguarda das tradições enquanto patrimônio cultural. O presente texto está dividido em 4 partes. Na primeira parte abordamos a pesca no Ceará, apresentando um breve histórico do cenário da pesca artesanal. Na segunda parte problematizamos a Praia do Mucuripe descrevendo o surgimento, a evolução e as atuais contradições desse bairro na orla da capital cearense. No tópico seguinte, elaboramos uma tentativa de reconstituição da história do Mercado dos Peixes como tradicional espaço de comércio e sociabilidade a beira mar. A partir dessa “reconstrução” da memória, apresentamos na parte final a solicitação de Registro do Mercado dos Peixes e o projeto do Mercado Cultural com os argumentos que o justificam enquanto possível patrimônio cultural imaterial da cidade.

1. A PESCA NO CEARÁ

Os pescadores artesanais localizados na ponta de mar do Mucuripe, e em outras praias do litoral do Ceará, evidenciam que a natureza nesta atividade não pode ser considerada entidade estática, mas deve ser concebida como uma série de processos maiores, alheios à ação humana, mas sobre os quais o homem pode interferir decisivamente. Estas atividades são diretamente influenciadas pelas forças da natureza, seus reflexos são imediatos na regularidade da ação que dos sujeitos que a praticam ou que dela dependem diretamente.

Na pesca artesanal os movimentos humanos na beira de praia dependem das condições naturais. Assim, pescadores e outros trabalhadores do mar precisam desenvolver uma série de habilidades e estratégias para sobreviver nesse meio ambiente atualmente modificado. A dependência do recurso natural muitas vezes exige a manutenção de outras modalidades de trabalho paralelo fora do mar. Com o passar do tempo, houve uma redução considerável dos homens e mulheres que se dedicam



exclusivamente à pesca e que conseguem sobreviver apenas das atividades vinculadas ao mar.

Aos poucos a cidade passou a ter uma paisagem bastante diversa daquela experimentada pelas antigas comunidades de pescadores. Desenvolveu-se uma política mais “agressiva” do Estado a fim de dinamizar o turismo em larga escala. Ganhou peso a ideia de que “(...) Fortaleza e o Ceará têm um potencial turístico grande e que começa a ser devidamente explorado. O turismo no Ceará caminha a passos seguros e será mais uma saudável fonte de renda do nosso Estado” (AUDIFOR, 1974, p. 24). Nesse contexto, o turismo passou a ser apontado como norteador das novas políticas públicas e dos investimentos privados. Toda área da praia tornou-se palco das ações. Criou-se um quadro de representações em que Fortaleza passou a figurar, principalmente, como a terra do sol, das jangadas e das belas praias.

Na realidade, no entanto, pode-se afirmar que, além de muito fatigante, a pesca é uma atividade por demais perigosa. Esse foi um dos principais motivos que levou um dos entrevistados a largar a jangada e enveredar no trabalho de compra e venda do pescado no mercado dos peixes do Mucuripe: “Comecei a trabalhar no mar com 8 anos de idade e com 30 anos de idade eu já me sentia cansado do mar, depois de 22 anos de pesca”. Como todo trabalhador da praia, o pescador conta que observava a conexão do movimento dos barcos com a presença da freguesia, cada vez mais assídua. Na sua concepção, o mercado dos peixes, diante de tantos desafios impostos à sobrevivência exclusiva da produção pesqueira, lhe permitiu deixar a pesca e partir para o comércio, “(...) e foi assim que Jesus graças a Deus me tirou do mar e me pôs aqui no mercado do peixe” (MATOS, 2022).

A Colônia de Pescadores Z-8, o Sindicato dos Pescadores do Ceará, o Sindicato dos Pescadores de Fortaleza, o Movimento Dragões do Mar, e outras associações de classe, são muito importantes porque essa realidade na qual os pescadores são praticamente obrigados a combinar a pescaria com atividades complementares diversas, são especialmente percebidas entre os jangadeiros do Nordeste. Na atualidade, os pescadores do Ceará atravessam um momento histórico extremamente difícil e incerto. Na impossibilidade de continuar no mar, a maior parte dos seus descendentes tiveram que



se adaptar aos novos elementos que passaram a compor a paisagem cultural urbana em mutação.

Desde o final da conclusão das obras de construção da Avenida Beira-Mar, nos anos 1980, iniciou-se um intenso processo de valorização imobiliária e a consequente ocupação do espaço por novos segmentos sociais. Esse movimento resultou numa verticalização acelerada. Na orla da cidade, ergueu-se uma espécie de muralha de edifícios que passou a impedir a plena visão do mar. O glamour turístico e a cobiça da elite local ressignificaram o território da praia que misturou, paulatinamente, pescadores e agregados com diferentes tribos urbanas.

A praia do Mucuripe representa bem as contradições do desenvolvimento urbano e da salvaguarda da memória social em Fortaleza, de um lado, os interesses avassaladores da indústria imobiliária que no movimento de verticalização querem pôr tudo abaixo, do outro, a luta de pescadores, permissionários, moradores e entidades locais pela preservação dos espaços e das práticas culturais que lhes são características.

2. A PRAIA DO MUCURIFE

Para compreender as recentes transformações operadas na enseada do Mucuripe é importante considerar as mudanças históricas desencadeadas no litoral brasileiro. Durante longo tempo, por exemplo, se ignorou o encanto das praias e o prazer do banho de mar em Fortaleza, que somente muito tardiamente se abriu para o seu litoral. O mar era o lugar do porto, do transporte de mercadorias e da pesca. Suas praias serviam, basicamente, de depósito de lixo e excrementos residenciais. A orla, por isso, esperou longo tempo para que suas areias e seus modos de vida fossem em definitivo incorporados à realidade da vida urbana em ascensão.

Um conjunto de imagens repulsivas associadas às águas oceânicas, constituído desde a gênese bíblica, impediu a emergência do desejo da beira-mar no mundo ocidental. Assim, somente no século XVIII, começou a se operar uma mudança que veio possibilitar outra visão sobre esse território “vazio” (CORBIN, 1989), fazendo emergir as figuras



iniciais da admiração do mar que motivarão, entre outras coisas, a prática da viagem turística.

Em Fortaleza, gradativamente, os melhoramentos urbanos induziram a noções de higiene e a consequente diminuição da quantidade de dejetos domésticos lançados no oceano. O banho de mar, por sua vez, inicialmente utilizado para fins terapêuticos, se tornou opção mais acessível de lazer com a liberalização comportamental no vestuário, verificada a partir do período do início do século XX, sobretudo, nas grandes cidades brasileiras.

Antigo núcleo populacional da cidade, antes das intervenções urbanas, iniciadas após as obras do novo porto, nos anos 1940, a bela enseada do Mucuripe apresentava uma natureza pouco explorada, bastante exótica, berço de povos nativos cearenses que viviam essencialmente da pesca. A ocupação dessa parte do litoral, no entanto, se insere numa longa história marcada por diversos conflitos pela ocupação da terra. Ao longo do tempo, nessa área geográfica específica, desenvolveu-se a luta pela sobrevivência de homens e mulheres que construíram suas vidas à beira mar.

De acordo com um antigo jangadeiro da região,

“O pescador é o segundo homem conhecido, porque o primeiro homem conhecido é o índio. Mas o primeiro pescador foi um índio. Ele deixou de ser índio quando ele se lançou ao mar e passou a ser pescador. Então ele deixou de ser da floresta e passou a ser das águas do mar. Por isso o índio pegou esse nome de pescador. Então essa cultura não é de hoje não, essa cultura é centenária. Isso não pode acabar de maneira nenhuma” (MATOS, 2022).

Sabe-se, no entanto, que o território praiano tinha significados bem diferenciados para as populações indígenas nativas e para os colonizadores que posteriormente implantaram o comércio portuário. Se para o branco colonizador a terra e o mar eram, sobretudo, um meio de produção de riqueza, para os povos indígenas a natureza, além da garantia a sobrevivência, constituía um território de valor simbólico mediante o qual se definia a própria identidade coletiva.

Ao longo do tempo, inúmeros trabalhadores migraram para essa região. Em certa medida, a cidade passou a se relacionar mais com o mar e com a praia do Mucuripe após



a construção do Porto, sendo nesse período seu uso ainda restrito às relações comerciais, devido, em parte, à ocupação dessas áreas por populações pobres.

O processo de valorização do litoral leste da cidade possibilitou mudanças gradativas na paisagem. O que antes eram dunas, fauna e flora nativas e residências de pescadores deram lugar a *flats*, restaurantes, edifícios residenciais e hotéis de luxo. Posteriormente, no final da Avenida Beira Mar, ponto que corresponde ao início do bairro Mucuripe, foi construída a primeira estátua da índia Iracema, personagem principal dos livros do escritor cearense José de Alencar. Essa obra foi inaugurada em 1965, quando completavam-se 100 anos do lançamento da obra homônima. Logo depois, na década de 1980, construíram restaurantes que ofereciam as tradicionais peixadas e os boxes que comercializam os peixes frescos, saídos há pouco do mar. Aos poucos, o Mercado dos Peixes se afirmaria como referência na oferta de produtos do mar.

Nesse percurso, o litoral passou a ser visto como objeto de consumo, levando à gradativa expulsão de antigos moradores da orla e à construção de novos hotéis de luxo na Beira Mar. As comunidades que compõe o Grande Mucuripe modificaram suas feições. Assim, a partir dos anos 1990, a enseada do Mucuripe se transformou sensivelmente. Com a urbanização, a terra, que quase nada valia ao tempo da aldeia de pescadores, passou a constituir um dos metros quadrados mais caros da cidade. Aos poucos, a imensa floresta de cajueiros deu lugar a uma paisagem mais moderna e cosmopolita. Chegou o tempo da indústria, da agitação imobiliária e dos arranha-céus.

No Mucuripe surgiram as primeiras jangadas do Ceará. O mercado dos peixes, assim como o estaleiro para conserto dessas embarcações, está associado ao desenvolvimento da pesca artesanal. O pescador Antônio Alves lembrou que:

“Aqui tinha um pé de tamarindo onde os pescadores faziam as jangadas. Onde tem hoje o Iate Plaza tinha um coqueiral onde eram feitas as jangadas de piúba. Essas jangadas eram feitas aqui e distribuídas para outras praias, a história do Mucuripe é muito bonita, a história do Mucuripe ela vem acabando” (RIBEIRO, 2022).

O Mucuripe hoje denota que a cidade ganhou ares de uma metrópole moderna e passou a apresentar uma infraestrutura confortável e diversificada quanto aos atrativos turísticos locais. Atualmente, se consolida como um dos principais centros receptores e distribuidores de fluxo turístico do Brasil. Apesar disso, observa-se que essa mudança



histórica na dinâmica econômica afetou sobremaneira o modo de vida dos trabalhadores do mar que atualmente sentem-se ameaçados.

3. O MERCADO DOS PEIXES

O esforço para edificação de um espaço adequado para o comércio do peixe fresco foi inicialmente encampado pela Colônia Z-8 de pescadores. A Colônia Z-8 de Fortaleza, fundada na década de 1940, principiou um trabalho que atualmente permanece com a Associação dos Permissionários dos Mercado dos Peixes do Mucuripe (ASPEMPM), entidade constituída nos anos 1990.

A necessidade de um mercado para negociar o peixe fresco no local era oriunda dos trabalhadores da praia do Mucuripe num contexto de grande expansão da atividade pesqueira no estado. A criação do Mercado dos Peixes configurava, sobretudo, uma antiga demanda dos pescadores artesanais, mas que beneficiaria todo o setor pesqueiro da Capital num período de eminente desenvolvimento da atividade pesqueira tanto no Ceará quanto no Nordeste brasileiro.

Durante muito tempo um galpão improvisado permaneceu sendo a estrutura física do mercado. No dia 19 de agosto de 1979, por exemplo, o jornal “O povo” exibiu uma reportagem intitulada “mercado dos peixes, um projeto sem esperança” (O povo, 19/08/1979, p. 23). Bem antes daquela época, o jornal denunciava que o projeto de construção do mercado já havia sido prometido pelo então prefeito, Evandro Aires de Moura, à Colônia Z-8 dos pescadores de Fortaleza. Segundo o periódico, o projeto era importante porque “(...) ia de encontro ao aumento de homens que vivem da pesca artesanal em nossa capital” (O povo, 19/08/1979, p. 23).

Entre os benefícios arrolados pela imprensa, estaria a comercialização do pescado com preço mais acessível, “pois a população continua pagando muito caro por um quilo de peixe nos frigoríficos, supermercados, nos próprios boxes da Colônia Z-8” (O povo, 19/08/1979, p. 23). Entre outras vantagens, o mercado dos peixes alocado no Mucuripe



ajudaria a ordenar o espaço urbano, na medida em que evitaria a venda irregular e sem as condições sanitárias adequadas, como ocorria nos pontos espalhados pelas calçadas do centro comercial da cidade. De acordo com o periódico citado, ali era possível sentir o “cheiro do peixe deteriorando fruto do que sobra do tratamento do peixe pelos vendedores avulsos” (*idem*). Por isso, a imprensa há tempos cobrava uma solução desse problema ao Departamento de Higiene da Secretaria de Saúde do Município, pois o noticiário considerava que a situação sanitária era cada vez mais preocupante.

Na década de 1960, próximo à antiga sede da Colônia de Pescadores, localizada no final da recém-inaugurada Avenida Beira Mar, foram então construídos pequenos boxes destinados à compra e venda do produto dos trabalhadores locais. Essa primeira iniciativa favoreceu o escoamento de parte da produção, sobretudo dos pequenos comerciantes, ao mesmo tempo que impedia que essa transação fosse executada irregularmente em vias públicas.

Observa-se, nesse aspecto, que bem antes da criação da Associação dos Permissionários do Mercado dos Peixes do Mucuripe (ASPEMPM), competia a Colônia Z-8 de Fortaleza a tarefa de organização das etapas deste setor produtivo. A Associação foi idealizada desde os primeiros tempos do mercado, mas somente foi organizada em 1995, sendo registrada oficialmente em cartório em 2005. O presidente da Associação dos Permissionários, Rogerbert Lima Alves, considera que atualmente a entidade vem atravessando o maior desafio desde a sua fundação. O entrevistado refere-se ao processo de valorização do mercado dos peixes a partir da última reforma empreendida pela prefeitura municipal de Fortaleza, concluída em 2016.

O permissionário considera que a especulação imobiliária, que já assolava a região, e as recentes mudanças efetuadas na gestão do mercado, põem em risco as tradições, a qualidade de vida dos trabalhadores e o próprio acesso dos visitantes e dos moradores:

“O mercado começou no porto dos botes, lá existia a colônia. Na colônia existia uma administração e os boxes para vender os peixes. Os barcos colocavam o peixe à venda nos boxes do mercado mesmo. Mas aí a especulação imobiliária colocou muitos valores e simplesmente eles



aceitaram lá na época e a colônia vendeu o espaço que os pescadores tinham ali. Então algumas pessoas desistiram do negócio e outras vieram para o mercado aqui” (ALVES, 2022).

Para o mercado dos peixes da Avenida Beira Mar os primeiros pescadores e comerciantes vieram com seus próprios recursos. Realizaram ampla articulação política até que conseguiram erguer as primeiras barracas: “Tanto é que as primeiras barracas foram construídas com a própria mão dos permissionários, a partir dali surgiu o primeiro mercado nesse local aqui no Mucuripe” (ALVES, 2022).

Com a implantação dos primeiros boxes, o sistema de venda dos produtos do mar para quem chegava ao mercado, passou a coexistir com a tradicional venda de peixes efetuada na areia da praia, desde épocas passadas. O pescador Antônio Pereira de Matos, popularmente conhecido na praia como “Cabacim” lembrou que o mercado começou no antigo “porto dos botes”. Nesse tempo, a Colônia dos Pescadores, tinha um “barracão” e “a gente chegava do mar e pesava o peixe e entregava para os marchantes. E foi o primeiro mercado do peixe, foi lá na colônia” (MATOS, 2022). Na sua opinião, a substituição da então sede da Colônia Z-8, em virtude da construção de espigões para contenção do mar, e a emergência grandes de prédios residenciais nas imediações, anunciaram uma tragédia para os pescadores: “foi a primeira coisa alarmante: construir prédios dentro d’água da praia do Mucuripe, tomando todo o espaço do pescador” (MATOS, 2022).

A permissionária Luzia Lourenço do Nascimento contou que trabalha há mais de 40 anos como permissionária, foi “quando eu vim embora com a família para cá, eu tinha 7 anos de idade, direto para morar no Mucuripe. Permaneci até hoje”. Como muitos trabalhadores locais, “a gente morava no interior, tinham muitas dificuldades e aqui eu vi a oportunidade de a gente crescer (...) meu pai construiu a família, tudo isso tirado da pesca” (NASCIMENTO, 2022). A entrevistada narrou que:

“Mudanças vieram bastante. Boas, porém, outras, assim, prejudicando o pescador. E à proporção que a civilização, a modernidade, avança, isso atinge o pescador. Como? Porque foi ficando menos espaço. Quando eu cheguei aqui criança, o que tinha eram casas na frente da Beira Mar, e hoje a gente só vê prédios. Então, quando vem um prédio a gente sabe que ali não mora o pescador. Então o pescador foi para mais distante, dificultando a vida dele de chegar até o seu espaço e seu ambiente de trabalho” (NASCIMENTO, 2022).



Os trabalhadores da praia observaram que a cada nova reforma urbana o pescador continuava a perder seu espaço. Na segunda obra de ampliação, as instalações destinadas a comercialização já haviam sido transferidas do “porto dos botes” para o lugar no qual o mercado funciona atualmente, localizado no final da Avenida Beira Mar. Nesse período, no início dos anos 1980, a gestão do prefeito Lúcio Alcântara realocou o mercado, ampliando para 15 o número de boxes de venda, sendo cada unidade “um pedaço pequenininho coberto com fibra”.

Por outro lado, parte da população local concorda que as mudanças ocorridas na Avenida Beira Mar e que permitiram a transposição do mercado dos peixes para um espaço físico mais adequado tiveram alguns aspectos positivos. Antigamente a compra e a venda do peixe eram feitas sem nenhuma estrutura e sem as mínimas garantias de higiene. Nesse sentido, as narrativas locais denotam que o mercado remodelado garantiu mais recursos para os vendedores e mais segurança alimentar para os seus visitantes.

Desde as alterações empreendidas nos anos 1990 ampliou-se a área de alvenaria e a palha foi sendo substituída pela cobertura de fibra. A cada novo incremento estrutural aumentou-se gradativamente o número de permissionários, crescendo também a demanda do público à medida que o espaço físico era ampliado. Com o advento das primeiras barracas erguidas em alvenaria, a prefeitura, através da Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (Emlurb), realizou a primeira iniciativa de regularização do mercado. A partir desse período a Prefeitura Municipal de Fortaleza passou a administrar o mercado e “de lá para cá houve mais quatro mudanças, mais quatro reformas” (MATOS, 2022).

Observa-se que no decorrer dos anos 1990 passou-se a registrar o ingresso de novos permissionários. Houve uma movimentação maior dos trabalhadores para ampliar o número de boxes em virtude da crescente demanda. Nesse processo verifica-se uma mudança no perfil das pessoas que frequentavam o mercado à medida que o convívio não mais se restringia aos pescadores e moradores dos arredores. Visitantes provenientes de outras áreas da cidade e de outros municípios do estado, juntamente com turistas brasileiros e estrangeiros, passaram a conviver diariamente no mercado.

Do ponto de vista arquitetônico houve também mudanças significativas na estrutura edificada do mercado. No prédio inaugural as atividades de compra e venda



englobavam apenas 15 permissionários. Com a segunda reforma, de caráter mais estrutural, esse número de associados aumentou para 28 permissionários. Na avaliação de muitos desses comerciantes, o principal objetivo dessa expansão foi atender as reivindicações dos trabalhadores da praia, em especial dos parentes e agregados dos pescadores, ampliando concomitantemente a segurança alimentar e o conforto dos clientes.

A última reforma da Avenida Beira Mar, iniciada em maio de 2013, teve como ponto de partida a construção de um novo Mercado dos Peixes, o que demandou um espaço provisório para acomodar as atividades desempenhadas pelos permissionários do antigo mercado. Deste modo, foi construído o mercado dos peixes provisório - uma estrutura composta por *containers*, localizada ao lado do Monumento de Iracema. Os permissionários do mercado, em negociação com a Prefeitura, realizaram a transferência e lá permaneceram por aproximadamente três anos, até que o novo mercado fosse concluído.

Com o histórico de reformas e, principalmente, com a ampliação efetuada na última mudança arquitetônica, concluída em 2016, o mercado dos peixes atingiu o número total de 49 permissionários que se mantem até hoje. Além da melhoria dos boxes, na última intervenção do poder público foram incrementados os pequenos restaurantes ou “barracas”. Ali, já virou tradição a compra e o preparo instantâneo dos produtos que os clientes adquirem nos boxes ao lado, como peixes, camarão, lagosta e outros mariscos e crustáceos.

Na opinião de Rogerbert Alves, “essa última reforma veio para ficar, pois foi uma mudança muito radical, pode-se dizer, porque ela veio abrangendo uma série de coisas, melhorando o atendimento, melhorando as questões sanitárias, apesar de ter algumas falhas na construção” (ALVES, 2022). O permissionário relembra que o mercado antes “era a céu aberto”. Apesar disso, ele pondera que “com certeza melhorou nessa questão para os permissionários, mas trouxeram outros problemas. Com a nova reforma a mudança foi tão radical que abriu os olhos dos especuladores e desde então nós estamos sofrendo com isso” (ALVES, 2022).



4. A SOLICITAÇÃO DE REGISTRO E O MERCADO CULTURAL

Em função das ameaças proporcionadas por fatores diversos, os trabalhadores da praia passaram a articular a reivindicação dos seus direitos através das políticas públicas de cultura e preservação do patrimônio cultural. Desse modo, multiplicaram as pessoas e entidades que endossam a solicitação de “registro” do Mercado dos Peixes e do seu entorno enquanto patrimônio cultural imaterial, conforme denota a lista de abaixo-assinado. O documento reforça a ideia de que a sociedade reconhece a necessidade de valorizar o mercado cuja memória está vinculada, principalmente, aos segmentos sociais do litoral, quase sempre excluídos da história oficial do Ceará.

A Igreja de São Pedro dos Pescadores (Livro dos Lugares, Decreto Municipal 13.032 de 10 de dezembro de 2012 - Processo Nº 011/08) e os Festejos de São Pedro dos Pescadores (Livro das Celebrações, Decreto Municipal 13.030 de 10 de dezembro de 2012) foram os primeiros bens de natureza imaterial registrados pela Secretaria de Cultura da Fortaleza. De acordo com o Decreto de Registro, o reconhecimento municipal foi baseado no “seu alto valor simbólico, portador de inelutável referência à identidade e à memória da sociedade fortalezense”.

O documento indica que do ponto de vista artístico e arquitetônico a Igreja de São Pedro não tem importância significativa, “não necessariamente pela sua forma singela, pois que, nesse sentido, é até representativa de um tipo de templo católico bastante encontrável em diversas comunidades, seja na capital seja no interior do Ceará” (Decreto Municipal 13.032). Entretanto, embora a prospecção realizada tenha indicado a presença de materiais provenientes da época de sua fundação, o edifício sofreu drásticas perdas de originalidade como resultado das sucessivas intervenções realizadas em período relativamente recente.

Apesar das modificações, considerou-se relevante o Registro do imóvel por constituir-se em referencial histórico e simbólico:

“Na medida em que, ao longo de mais de um século e meio, constituiu-se e manteve-se como um lugar essencial na construção identitária da comunidade do Mucuripe, desde quando era apenas uma aldeola de pescadores, até o momento atual, apesar das



profundas modificações ocorridas no bairro” (Decreto Municipal 13.032).

A igreja de São Pedro dos Pescadores é a única construção da antiga vila de pescadores que ainda se mantém de pé, inicialmente tombada, e posteriormente registrada, como patrimônio cultural de Fortaleza. A igreja e os festejos a São Pedro dos Pescadores são de grande importância para a memória de toda a comunidade pesqueira. Assim, compreende-se que comunidade se mobilizou para defender a permanência da Igreja, ameaçada pela possibilidade de venda pela Arquidiocese, para pagamento de dívida junto à União, encaminhando, em 2012, abaixo-assinado à Câmara Municipal de Fortaleza, com mais de 1800 assinaturas. Essas expressões são preservadas e protegidas em respeito aos antepassados e gerações futuras, fortalecendo o sentimento de pertencimento de um povo ao seu lugar.

Essa mesma motivação gerou a solicitação de Registro do Mercado dos Peixes, para que possa garantir:

“A proteção de uma tradição, de uma história, essa tradição de mercantilizar os peixes frescos trazidos do mar por esses pescadores. Isso é uma tradição da nossa cidade. Se isso aqui se acaba, se isso muda o foco, simplesmente a gente apaga uma página importantíssima da nossa história. Uma página que traz a honra e a memória de pessoas humildes, mas pessoas honestas, batalhadoras. E o pescador é a pessoa que liga o ecossistema do mar com a cidade, ele traz tudo isso” (ANTERO, 2022).

Um pescador entrevistado na praia do Mucuripe entende que:

“A ligação entre a igreja, o pescador e o mercado é uma coisa muito natural, nós pescadores fazemos a festa de São Pedro, que é o padroeiro dos pescadores. Nós fazemos essa festa no dia 29 de junho com o maior prazer. Essa festa, todos os permissionários do mercado fazem parte dessa festa. O pescador faz essa festa com uma naturalidade, com um prazer tão grande que só eles mesmo passam pelo momento” (MATOS, 2022).

Para a entrevistada dona Luzia, “hoje eu tenho consciência de que isso aqui é um patrimônio, não deve morrer, a gente tem que resgatar os pescadores porque eles andaram um pouco afastados”. A permissionária considera que esse último ano do festejo já foi um ganho “devido ao todo movimento que teve aqui no mercado, de resgatar a história do pescador, mostrar o antes e o depois que é hoje. A gente já está vendo o envolvimento dos pescadores se sentindo valorizados” (NASCIMENTO, 2022).



Diante desses desafios, um pescador questiona:

“Será que dá pra gente tombar o mercado senhor prefeito e senhor governador? Porque a igreja de São Pedro está tombada, será que não é hora de pensar de tombar o mercado para protegê-lo? Não vai proteger somente o pescador, vai proteger todo o povo de Fortaleza e todo visitante que chegar em Fortaleza. Esse mercado não é só do permissionário, não é só do pescador, esse mercado é do cliente, é do turista (...) o objetivo aqui é união para cuidar do mercado” (MATOS, 2022).

E o entrevistado conclui convicto de que “o tombamento seria tudo, tudo para o mercado, tudo para o pescador, tudo para o permissionário, tudo para o turista”. Por isso, “é a hora de pensar em também tombar o mercado dos peixes para que todo esse povo se sintam bem, se sintam seguros” (MATOS, 2022).

Mas o que é que representa o conflito e a resistência dos pequenos comerciantes de peixes? “Ele representa a luta de classes. Então nessa pequena experiência aqui a gente tem uma amostra de como é que a dinâmica do capital opera, para excluir, para gerar acúmulo para as elites e tudo isso se relaciona com a experiência do Mercado dos Peixes”, sugeriu o entrevistado Guilherme Sampaio. Na sua opinião,

“por isso é tão rico e para mim, é tão potente a ideia de um mercado gerido pelas pessoas que aqui historicamente, por gerações de pai para filho, são as pessoas que cuidam dos boxes, interagem, são filhos dos pescadores, netos dos pescadores, interagem com os pescadores. Então tudo isso fala sobre o modelo de sociedade que a gente tem e a resistência que é necessária” (SAMPAIO, 2022).

Para ampliar essa resistência, corrobora outro entrevistado,

“acho de fundamental importância, além do festejo importante que já tem aqui como patrimônio, reconhecer que existe uma série de outras atividades culturais de música, de prática da capoeira, de práticas que sequer estão ocorrendo agora e podem passar a ocorrer, com esse fomento a cultura nesse espaço. Então uma agenda, digamos assim, imaterial, uma agenda de encontros, de confraternizações, de práticas culturais, musicais, de esportes e uma série de outras, sem dúvida agrega muito aqui ao espaço e potencializa todas essas atividades que carecem de políticas públicas e de espaços e momentos a serem realizadas em Fortaleza” (AGUIAR, 2022).

Nesse sentido, essa dinâmica socioeconômica do Mercado dos Peixes do Mucuripe interage com o patrimônio material e imaterial, com a labuta dos homens do mar, com a igreja de São Pedro que está logo atrás, com os festejos, com toda vertente do



patrimônio imaterial que é a vida, o trabalho e a forma de viver dos pescadores. Não dá para dissociar a dinâmica do mercado desses outros elementos que compõem a cultura local:

“Na realidade, quando a prefeitura há um tempo atrás foi fazer o registro dos festejos de São Pedro, se a gente fosse ser mais ousado naquele momento a gente iria considerar todo esse arranjo, toda essa ambiência, que envolve vários elementos da cultura e que merecem ser protegidos, merecem ser afirmados como formas de dizer quem nós somos, como forma de proteger quem nós somos” (SAMPAIO, 2022).

A solicitação de Registro e a construção de um “mercado cultural” se configura como mecanismo estratégico para que equipamentos de pesquisa, difusão e valorização dessa memória da pesca possam ser efetivados. O “registro”, desse modo, aparece muitas vezes como elemento encorajador dessa parceria entre as entidades que, por vezes, apresenta fissuras. Nesse sentido, os atores locais compreendem que a desagregação das lutas desfavorece ambos os lados abrindo espaço para o avanço dos especuladores.

A proposta de criação de um “mercado cultural”, nesse aspecto, pode “colocar as coisas onde deveriam estar”. Ou seja, o mercado não apenas como um espaço de comércio, mas o espaço como uma dimensão socioeconômica, afetiva e com produção cultural: “Então proteger é isso, proteger, nesse conceito, é proteger coisas que dão sentido à nossa existência, que nos conferem identidade, que nos conferem senso de pertencimento” (SAMPAIO, 2022). Assim, o mercado é uma experiência cultural, uma experiência relacional com um pedaço da cidade que conta muito de uma parte importante da história de Fortaleza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei da Pesca**. Lei Federal Nº 11.959, de 29 de junho de 2009.

CARUSO, Raimundo C. **Aventuras dos jangadeiros do Nordeste**. Florianópolis: PANAM Editora, 2012.

CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.



DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Mar à Vista: estudo sobre a maritimidade de Fortaleza.** Fortaleza: Museu do Ceara, 2002.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1983.

FORTALEZA. **Instrução de Tombamento Municipal para a Igreja São Pedro.** SECULTFOR, 2012.

GIRÃO, Blanchard. **Mucuripe: De Pinzón ao Pe Nilson.** Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 1998.

NEVES, Berenice Abreu de Castro. **Do mar ao museu: A saga da jangada São Pedro.** Fortaleza: Museu do Ceará, 2001.

NOGUEIRA, André Aguiar. **Fogo, vento, terra e mar: A arte de falar dos trabalhadores do mar.** Supergraf Editora: Caçapava- São Paulo, 2006.

_____. **Surfando nas ondas do Titanzinho: Corpo, memória, natureza e cultura em Fortaleza (1960-2010).** Tese de Doutorado em História Social. PUC-SP, 2014.

OLIVEIRA, Pedro Vagner Silva. **Mar à venda: pescadores e turismo no "Piauí Novo" (anos 1970).** Dissertação. Mestrado em História – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2017.

OPOVO, Jornal. **MERCADO dos Peixes, um projeto sem esperança.** Fortaleza, 19/08/1979.

RIBEIRO, António Elmiro de Sousa. **O terminal marítimo de passageiros do Mucuripe e o turismo de cruzeiros em Fortaleza/CE.** Dissertação de Mestrado em Gestão de Negócios Turísticos. UECE, 2017.

SARUANA, Dias de Carvalho. **Patrimônio em disputa: um estudo de caso sobre o Tombamento da Igreja de São Pedro dos Pescadores.** Dissertação de Mestrado em Sociologia. UECE, 2018.